

TRABALHO ABSTRATO E AS CATEGORIAS ECONÔMICAS DE MARX

Isaak Dashkóvski¹

Tradução de Rafael de Almeida Padial²

A elaboração detalhada da teoria econômica marxista, conduzida há vários anos na União Soviética, gerou resultados frutíferos em muitas direções: maior clareza na compreensão, formulação mais precisa das leis e abordagem de uma série de novos problemas não tratados pela literatura marxista pré-revolucionária. No entanto, nem tudo são flores. Também acontece que novas tentativas de “aprofundar” a teoria acabam por “dividir abstrações vazias em quatro partes igualmente vazias.” Entre tais tentativas, deve-se incluir, em nossa opinião, o esforço de I. Rubin de “sociologizar” o conceito de trabalho abstrato, uma abordagem que foi recentemente reiterada, mas de forma diluída e misturada numa sopa eclética, por A. Voznesenski (veja seu artigo na revista *Под знаменем марксизма* [Sob a Bandeira do Marxismo], nº 12 de 1925). É ainda mais necessário submeter essa nova teoria à crítica, pois os *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx*,

¹ Isaak Kliment'evich Dashkóvski (1891-1972) foi um revolucionário de origem ucraniana que aderiu à fração bolchevique em março de 1917. A partir de 1919, tornou-se membro do grupo chamado de “Centralismo Democrático” (ou “decista”, dadas as iniciais “DC” em seu nome). Os decistas se opunham pela esquerda a boa parte das políticas do governo bolchevique (como a NEP, por exemplo), as quais denunciavam como de tendências burocráticas e personalistas. Para eles – e dando sentido ao próprio nome do grupo –, era preciso recuperar o traço democrático do centralismo. Seus principais representantes foram Timofei V. Sapronov e Vladimir Smirnov. Por volta de 1923, parte significativa dos decistas aderiu às posições de Leon Trótski. Dashkóvski foi também professor universitário a partir do início dos anos 1920, e, em 1927, assinou a “plataforma dos 15”, que conformava um grupo oposicionista herdeiro do “centralismo democrático”; atuou em conjunto com a oposição unificada (de trostkistas, zinovievistas e kamenevistas) em 1927 contra o fenômeno stalinista emergente. Por esse motivo, foi expulso do partido em 1927 e, poucos anos depois, enviado a prisões e campos de concentração, onde foi mantido por três décadas (nas quais nunca deixou de protestar contra as arbitrariedades e deturpações históricas promovidas pelo stalinismo). – NTb.

² Este texto de Dashkóvski dialoga com o Capítulo 14 dos *Ensaio sobre a Teoria do Valor de Marx*, de Isaak Rubin [na segunda edição, de 1924]. Algumas passagens em que Dashkóvski cita e critica tal obra foram aparentemente eliminadas ou alteradas por Rubin nas edições subsequentes. A terceira edição dos *Essays* de Rubin, na qual se baseia a tradução do livro para o inglês, foi publicada em 1928. A 4ª edição data de 1930. No [item 1 do] apêndice nº 2 (pp. 240-54), Rubin respondeu à crítica de Dashkóvski. [Nota do tradutor do russo para o inglês]. Este artigo foi originalmente publicado na edição nº 6 de 1926 da revista russa *Под знаменем марксизма* [Sob a bandeira do marxismo]. Esta tradução foi realizada a partir da versão em inglês (traduzida do russo por Noa Rodman), disponível digitalmente em <<https://libcom.org/library/abstract-labour-economic-categories-marx-isaak-dashkovskij>>. Acesso em 7 de janeiro de 2025. Nas notas de rodapé a seguir, os comentários do tradutor brasileiro serão registrados entre colchetes e com a sigla “NTb” (“nota do tradutor brasileiro”). Conforme a edição russa original, não destacaremos citações de outros autores em parágrafos com recuo de texto e margem mais larga. Todas as citações serão mantidas no corpo regular do texto. – NTb.

de I. Rubin, desfrutam da reputação merecida de um dos melhores trabalhos sobre marxismo, o que leva muitos a aceitar como verdadeiras as interpretações da categoria de trabalho abstrato e as conclusões derivadas delas – apesar de estarem claramente em desacordo com as formulações e visões de Marx. Com o presente texto, tenho a intenção de demonstrar, com o mínimo de referências bibliográficas necessárias, a incompatibilidade da teoria de Rubin não apenas com a literalidade, mas também com o espírito da análise marxista da economia burguesa, reservando-me o direito de retornar a este tema, se necessário, muito mais “municipado”.

A definição fundamental de Marx, concernente ao caráter duplo do trabalho, assevera: “Por um lado, todo trabalho é, fisiologicamente falando, dispêndio de força de trabalho humano e, em seu caráter de trabalho humano idêntico ou abstrato, cria e forma o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é o dispêndio de força de trabalho humano de uma forma específica e com um objetivo definido, e, em seu caráter de trabalho útil concreto, produz valores de uso”³. Os novos comentadores consideram necessário modificar ou complementar essa definição de Marx, com base no argumento de que, em sua forma atual, ela contém apenas o “trabalho abstrato definido fisiologicamente, válido para todas as formas de economia”⁴. Eles partem do princípio de que todas as categorias da economia política marxista, incluindo a categoria de trabalho abstrato, devem ser, em primeiro lugar, *sociais*, e, em segundo lugar, *históricas*. Abordemos a questão, começando pelo ponto de vista “histórico”.

As categorias econômicas fundamentais em Marx têm um caráter histórico – isso é verdade. Não é verdadeira, entretanto, a alegação de que Marx opera *exclusivamente* com tais categorias em seu estudo. Além disso, o epíteto “histórico” tem um significado distinto em Marx, embora tal distinção frequentemente seja ignorada, mesmo pelos pesquisadores mais atentos.

³ MARX, K., *O Capital*, vol. 1, edição russa, tradução de Bazarov-Stepanov, 1905-07, p. 13.⁴ Se a definição de trabalho abstrato consiste apenas nisso, então por que Marx e Engels deram a essa categoria tanta importância? – pergunta Voznesenski. O fato de que o trabalho produz, por um lado, coisas úteis e, por outro, é um gasto de energia humana – poderia tal truísmo ser considerado uma descoberta científica? Respondemos a essa pergunta com outra pergunta. Toda economia pressupõe, por um lado, meios de produção, e, por outro, força de trabalho. Isso também é um truísmo. Segue-se disso que o ensinamento de Marx sobre a composição orgânica do capital não vale nada? Toda a questão consiste em saber qual o uso que Marx fez desses “truísmos”, que já eram conhecidos desde os tempos antigos e, no entanto, permaneceram fora do campo de visão dos mais perspicazes teóricos da escola clássica.

Para esclarecer essa afirmação, recorremos aos “*Esboços de crítica da economia política*” de Marx, extraindo uma formulação que, à primeira vista, pode até parecer contraditória com nosso ponto de vista. Ao final do primeiro trecho, “*Sobre a produção*”, Marx escreve:

Resumindo: existem características (/determinações) que todos os estágios de produção têm em comum, e que são estabelecidos como gerais pela mente; mas as chamadas pré-condições gerais de toda produção nada mais são do que momentos abstratos com os quais nenhum estágio histórico real de produção pode ser apreendido”. Pouco antes, Marx observa que “os elementos que não são gerais e comuns devem ser separados das determinações válidas para a produção como tal, de modo que, em sua unidade – que surge já da identidade do sujeito, a humanidade, e do objeto, a natureza – suas diferenças essenciais não sejam esquecidas.

Portanto, para a compreensão específica, para a compreensão da forma de cada época econômica, as determinações gerais não são válidas precisamente porque se aplicam igualmente a todas as épocas. Mas isso significa que elas são completamente desnecessárias? O que significa compreender a especificidade de um fenômeno? Significa demonstrar em que forma específica, em que configuração concreta operam as leis sociais características do dado gênero de fenômenos. Retire, por exemplo, “o caráter especificamente capitalista tanto dos salários quanto do mais-valor”, e “diante de nós não aparecerão mais essas formas, mas apenas seus rudimentos, que são comuns a todos os modos de produção social”⁵. Reduzir a forma específica aos seus rudimentos comuns também é, teoricamente, a tarefa de toda ciência, para a qual não haveria lugar se “a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem”.

As épocas históricas não estão separadas umas das outras por uma muralhada da China. Elas têm um terreno comum – a produção e a reprodução da vida material. Marx ridicularizou a ignorância a respeito desse terreno comum, por exemplo, em uma das suas cartas a Kugelmann:

O falatório sobre a necessidade de provar o conceito de valor surge apenas de uma completa ignorância tanto do assunto em discussão quanto do método científico. Toda criança sabe que qualquer nação que parasse de trabalhar, não por um ano, mas, digamos, por apenas algumas semanas, pereceria. E toda criança sabe também que as quantidades de produtos correspondentes às diferentes necessidades demandam montantes diferentes (e determinados quantitativamente) do trabalho acumulado da sociedade.

⁵ MARX, K., *O Capital*, vol. 3, parte 2, p. 415 da edição com tradução de Bazarov-Stepanov, de 1923. [O texto refere-se ao capítulo 50 do vol. 3 de *O Capital*, conforme a edição estabelecida por F. Engels] – NTb.

É evidente que essa necessidade de distribuição do trabalho social em proporções específicas não é abolida pelas formas específicas de produção social; apenas a forma de sua manifestação pode mudar. Leis naturais não podem ser abolidas de forma alguma. A única coisa que pode mudar, sob condições historicamente diferentes, é a forma na qual essas leis se afirmam. E a forma na qual essa distribuição proporcional do trabalho se afirma em um estado de sociedade no qual a interconexão do trabalho social se expressa como a troca privada dos produtos individuais do trabalho é precisamente o valor de troca desses produtos.⁶

A economia política é a ciência das formas sociais específicas nas quais se realiza a “troca metabólica entre o homem e a natureza”. Para compreender essas formas, é necessário o conhecimento da base de cada sistema econômico, comum a todas as épocas da história humana. As categorias e leis que se relacionam a isso terão um caráter “supra-histórico” e, no entanto, são uma introdução obrigatória ao estudo de uma forma econômica histórica – por exemplo, a produção capitalista. Em todo caso, isso consiste numa determinação sociológica universal, a qual forma o fundamento do estudo econômico e não é já a entrada no sistema da economia política, no sentido estrito do termo. A tais determinações comuns pertence, por exemplo, o ensinamento sobre as forças produtivas. O trecho dos “*Esboços*” de Marx que investiga a relação geral entre produção, distribuição, troca e consumo pode, dessa maneira, servir como um exemplo de tal análise “supra-histórica”. Do mesmo modo, pertence a essa categoria o capítulo do volume 1 de *O Capital* que descreve o processo de trabalho⁷. Marx se move muito claramente do ponto de vista “técnico-material” para uma descrição mais colorida das formas específicas da produção capitalista. Tais páginas, dedicadas às condições de reprodução dos pressupostos do capital ou ao estudo do seu fundamento, recuperam às diferentes durações no tempo de rotação do capital. Marx observa, por exemplo, que também sob formas socialistas de economia a diferença na duração das rotações – ou período de produção – terá grande significado para todo o sistema social.

Tanto na produção socializada quanto na capitalista, os trabalhadores dos ramos de negócios que demandam curtos períodos de trabalho [na elaboração de produtos finais], continuarão retirando [da sociedade] produtos por um curto período, até retribuírem com algo. Por sua vez, os ramos de negócios com períodos de trabalho longos continuamente retirarão produtos por um longo tempo, antes de devolverem algo [à sociedade]. Essa circunstância decorre, portanto, do caráter material do processo de trabalho particular, não de sua forma social.

⁶ Cartas de Marx e Engels, pp. 176-7, edição Moskovskij Rabochij, de 1923. [Trata-se da carta de Marx a L. Kugelman, de 11 de julho de 1868] – NTb.

⁷ [Referência ao capítulo V do volume 1 de *O Capital*] – NTb

De modo geral, em *O Capital* e em *Teorias do Mais-Valor*, encontram-se dispersos muitos pensamentos valiosos, pertencentes, por assim dizer, ao domínio de uma “economia supra-histórica”, um campo que constitui o tema favorito de estudo da economia burguesa, incapaz, porém, de superar banalidades triviais. Foi precisamente a economia burguesa que, aos olhos dos marxistas, comprometeu esse elemento necessário da teoria econômica, concentrando toda a sua atenção nas leis gerais e apagando as fronteiras entre as diferentes formas sociais de produção econômica. Por isso, a economia burguesa, consciente ou inconscientemente, transferiu a todas as épocas às categorias e leis da economia burguesa. A teoria marxista, contrariamente, estabeleceu um limite à ciência, colocando *as formas das relações econômicas* no centro do estudo. Contudo, a literatura marxista posterior a Marx muitas vezes caiu no absurdo oposto – na completa desconsideração das leis gerais da vida econômica, que se escondem por trás de uma ou de outra “forma de manifestação”.

Pode parecer que o nosso raciocínio segue a linha da teoria bogdanovista, segundo a qual a tarefa do estudo econômico começa apenas quando, com a ajuda da análise abstrata, é possível superar a camada externa dos fenômenos, liberando-os de sua particularidade e da “aparência” que oculta suas bases econômicas comuns (ver a introdução de Bogdanov à nova edição de sua *Общей теории капиталистического хозяйства* [Teoria Geral da Economia Capitalista], 4ª edição do Curso de Bogdanov e Stepanov, 1925, p. 306; bem como a discussão sobre economia política nas páginas do *Вестника Боммунистической Академии* [Boletim da Academia Comunista]). Mas essa semelhança é apenas aparente. Consideramos que a teoria econômica, no sentido real do termo, começa precisamente quando, a partir das leis gerais, o estudo avança para a análise da “forma”, e não o contrário. O ponto de vista de Bogdanov é o ponto de vista de toda a economia burguesa, que coloca as “leis mais elevadas” no centro da ciência. Consideramos, no entanto, que, por outro lado, é um erro desejar limitar a ciência econômica exclusivamente ao domínio da forma, e ainda mais a uma forma específica, a saber, a produção mercantil-capitalista. Como se pode reduzir a “forma de manifestação” das coisas aos seus rudimentos, se esses rudimentos são desconhecidos?⁸

⁸ Uma consideração interessante a esse respeito pode ser encontrada em uma das cartas de Engels. “Por relações econômicas – escreve Engels – [...] entendemos a forma pela qual os seres humanos, em uma sociedade determinada, produzem suas necessidades de vida e trocam os produtos entre si (na medida em que existe divisão do trabalho. Consequentemente, toda a técnica de produção e transporte está incluída nisso. [...] Sob relações econômicas estão incluídas, além disso, as bases geográficas sobre as quais elas se desenvolvem e existem” etc. (*Engels para Borgius*). Para compreender essas palavras, é necessário, no entanto, ter em mente que Engels aqui respondeu de forma ampla a uma questão sobre a “base” e a “superestrutura” de toda sociedade. Sob esse ponto de vista, a base econômica deve

Passemos agora às categorias históricas no sentido real do termo. Não estamos lidando aqui com uma soma de conceitos realmente semelhantes? Não podemos, por exemplo, considerar as categorias de “lucro”, “capital”, “renda”, “trabalho assalariado”, “mercadoria” etc., como semelhantes ao conceito de “trabalho abstrato” ou “força de trabalho”?

Sobre esse ponto, já encontramos uma consideração bastante clara e exaustiva nos “*Esboços*”. Cada época econômica concreta inclui em si “muitas determinações”, que desempenham em relação a ela o papel de “abstrações mais simples” ou “categorias”. Essas categorias devem ser encontradas por meio de uma análise abstrata (generalizadora), que dissecar a realidade em seus elementos. Quando as categorias são encontradas e determinadas, começa a reconstrução mental da realidade concreta a partir da qual elas foram inicialmente apreendidas⁹. Vistas sob essa conexão, tais determinações abstratas têm pleno significado apenas na situação concreta que representa o ponto de partida da análise e devem ser situadas na sequência que corresponde à sua posição nos fenômenos reais. Contudo, é possível que algumas dessas categorias não se desenvolvam na sucessão histórica que conforma sua posição na teoria abstrata. Elas podem, por exemplo, preceder a época histórica em que alcançam um desenvolvimento mais pleno. Assim, por exemplo, o dinheiro adquire seu significado abrangente apenas nas condições do capitalismo, embora historicamente exista muito antes da era capitalista. Por outro lado, outras categorias obtêm sua definição exclusivamente no quadro de formações sociais determinadas, como, por exemplo, mais-valor, capital, trabalho assalariado, salários etc.

A sociedade burguesa é a organização histórica de produção mais desenvolvida e mais complexa. As categorias que expressam as suas relações, a compreensão da sua estrutura, permitem assim, da mesma forma, vislumbres sobre a estrutura e as relações de produção de todas as formações sociais passadas, sobre cujas ruínas e elementos ela se construiu, cujos remanescentes parcialmente não conquistados ela carrega consigo, cujas meras nuances adquiriram significado explícito dentro dela etc.

incluir em si todos esses elementos. Ademais, Engels, ao final da carta, ressalta que não considera todas as suas formulações suficientemente claras. Apesar disso, a importância desses elementos “supra-históricos” no estudo econômico não está sujeita a dúvidas. [Ver carta de Engels a Borgius em 25 de janeiro de 1894, disponível digitalmente em <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1894/letters/94_01_25a.htm>. Acesso em 7 de janeiro de 2025] – NTb.

⁹ A escola clássica da economia política realizou fundamentalmente a primeira parte do trabalho teórico, selecionando da realidade concreta os conceitos mais simples. Marx pôde, portanto, iniciar sua análise diretamente a partir desse ponto, ao qual seus predecessores levaram a teoria – com as determinações mais simples de “mercadoria”, “trabalho” etc. A partir disso, alguns dos marxistas modernos concluem que, em geral, não há necessidade de, no estudo científico, partir da realidade concreta.

A anatomia humana contém a chave para a anatomia do macaco. Os traços de um desenvolvimento mais elevado nas espécies animais inferiores, no entanto, só podem ser compreendidos depois que o desenvolvimento mais elevado já é conhecido. A economia burguesa, assim, fornece a chave para a antiga etc. Mas não conforme aqueles economistas que obscurecem todas as diferenças históricas e veem relações burguesas em todas as formas de sociedade [...]. Além disso, como a sociedade burguesa é, em si mesma, apenas uma forma contraditória de desenvolvimento, as relações derivadas de formas anteriores frequentemente serão encontradas nelas apenas numa forma totalmente atrofiada, ou até mesmo caricaturada. Por exemplo, a propriedade comunal. Embora seja verdade, portanto, que as categorias da economia burguesa possuem uma verdade para todas as outras formas de sociedade, isso deve ser tomado apenas cum grano salis. Elas podem conter essas categorias em uma forma desenvolvida, ou atrofiada, ou caricaturada etc., mas sempre com uma diferença essencial.¹⁰

Assim, a enumeração das categorias básicas da economia política, avaliando a produção mercantil sem um olhar histórico, ainda não resolve a questão sobre o caráter e a fisionomia de cada uma delas. É necessário um estudo mais aprofundado. Deve-se estabelecer se uma determinada categoria é uma nova formação, uma característica exclusivamente do sistema social em questão, um remanescente distorcido de épocas anteriores, ou um elemento mais desenvolvido, já presente no período precedente. Nesse contexto, pode ocorrer que o sentido histórico de uma categoria específica consista apenas no fato de que o seu conteúdo econômico adequado, de caráter comum a diferentes ou mesmo a todas as épocas, poderia se manifestar de maneira mais completa apenas na situação em questão. Mais adiante, veremos que é precisamente a esse último grupo que pertence o conceito de trabalho abstrato, que Marx analisa detalhadamente em conexões correlacionadas. Ao abordar o plano de exposição do tema da economia política, Marx escreve: “A ordem obviamente tem que ser: primeiramente, as determinações gerais, abstratas, que se aplicam em mais ou menos todas as formas de sociedade, mas no sentido explicado acima; em segundo lugar, as categorias que compõem a estrutura interna da sociedade burguesa e sobre as quais repousam as classes fundamentais”¹¹. E a enumeração segue com os elementos da sociedade burguesa no sentido real do termo.

Essas determinações abstratas comuns são, por um lado, supra-históricas, aplicando-se a todas as épocas; por outro, históricas, na medida em que apenas em um estágio histórico específico elas se desenvolvem plenamente, aparecendo de forma abrangente. Marx relaciona a categoria de trabalho abstrato precisamente a esse grupo.

¹⁰ Para a *Crítica da Economia Política* [“Introdução”], op. cit., pp. 28-29.

¹¹ *Ibidem*, p. 29.

Trabalho abstrato não é uma categoria que constitui a estrutura interna da sociedade burguesa. Trabalho abstrato relaciona-se a todas as épocas, na medida em que é tomado como conceito, mas torna-se uma “verdade prática” apenas em um estágio particular de desenvolvimento histórico. Tal categoria pode ser chamada de histórico-condicional [*условно-историческим*].

Rubin considera necessário dar ao conceito de trabalho abstrato outro significado. “O dispêndio de energia humana como tal, em um sentido fisiológico, ainda não é trabalho abstrato, trabalho que cria valor, embora seja a sua premissa. O que caracteriza o trabalho abstrato é a abstração das formas concretas de trabalho, [graças à] relação social básica entre produtores de mercadorias separados”¹². Essa abstração ocorre no mercado, onde os produtos do trabalho são trocados por outros e, assim, transformam o privado em social e o concreto em abstrato. Este último não surge na produção, mas no ato de troca. A conversão do trabalho concreto em abstrato não é uma mera abstração lógica para encontrar uma unidade comum de medida, mas é um ato social espontâneo, que ocorre efetivamente no mercado. Onde não há mercado e troca, também não há essa redução [do concreto ao abstrato]. Nesse caso [em que não há mercado], o caráter social do trabalho se expressa diretamente na forma natural ou concreta, uma vez que os diferentes tipos de trabalho são realizados pelos membros do organismo social como um todo, graças à função distributiva consciente. Se, contrariamente, o trabalho abstrato é considerado como mero dispêndio fisiológico de energia e, assim, é-lhe atribuído um caráter supra-histórico, então não se entende como essa categoria não-histórica – o trabalho abstrato – poderia criar uma categoria histórica como o valor.

Em termos gerais, assim se desenvolve o pensamento de Rubin, de quem Voznesenski toma os argumentos básicos, adicionando a eles complementos duvidosos. Assim, para Voznesenski, o trabalho abstrato, embora inclua em si momentos históricos e sociais, não deixa de ser, ao mesmo tempo, trabalho fisiológico e, como tal, já existe no processo de produção.

Deve-se observar que a forma geral do ponto de vista de Rubin pode ser encontrada em um trabalho muito anterior, de T. Grigorovich, *Теория стоимости у Маркса и Лассаля* [Teoria do Valor em Marx e Lassalle], onde o conceito de trabalho abstrato é dado no mesmo sentido... “O trabalho que cria valor de troca, isto é, o trabalho abstrato-geral, é produto de um regime econômico no qual a produção não é para si [para o próprio produtor], mas para outros consumidores, e no qual a produção não é apenas para o consumo, mas

também para o benefício da troca” (p. 77)¹³.

E assim [segundo o ponto de vista imediatamente acima], o caráter duplo do trabalho e a categoria de trabalho abstrato são formas inerentes exclusivamente à produção mercantil. Todos os outros sistemas de produção conhecem apenas o trabalho em sua forma natural e concreta. O trabalho abstrato é uma categoria histórica.

Antes de tudo, nessas exposições falta clareza sobre o que deve ser entendido como uma categoria histórica. Mas, por todo o curso da análise, fica claro que o conceito de “histórico” assume aqui o significado mais restrito, ou seja, o trabalho abstrato, na visão de Rubin, é uma categoria da economia mercantil no mesmo sentido em que são dinheiro, valor, mercadoria, capital etc. Aqui, devemos notar a ruptura direta com Marx, que em seus “*Esboços*” analisa essa questão de forma detalhada. Marx descreve a complexa evolução pela qual o conceito de trabalho passou nos mercantilistas, monetaristas, fisiocratas e clássicos, quando, partindo de aspectos isolados do trabalho, como o comercial ou agrícola, os clássicos chegaram ao conceito universal abstrato de atividade que cria riqueza, ou trabalho em geral. “Poderia parecer que todo o alcançado com isso foi descobrir a expressão abstrata para a relação mais simples e antiga em que os seres humanos – em qualquer forma de sociedade – desempenham o papel de produtores. Isso é correto em um aspecto. Não em outro”¹⁴. E, mais adiante, ele mostra que essa simples abstração, “que expressa uma relação muito antiga, válida em todas as formas de sociedade, alcança, no entanto, verdade prática como abstração apenas enquanto categoria da sociedade mais moderna” (p. 28). Em outras palavras, Marx relaciona o trabalho abstrato às categorias histórico- condicionais, para usar os termos mencionados anteriormente.

Trabalho abstrato, trabalho em geral, trabalho como dispêndio fisiológico de músculos, nervos etc. – são conceitos que remontam a muito antes da organização interna da produção mercantil, sendo um conceito geral. Mas, na prática, podem ser aplicados plenamente apenas em condições específicas.

¹² RUBIN, I., *Ensaio sobre a Teoria do Valor de Marx*, segunda edição, 1924, cap. 14, p. 102.

¹³ Publicado juntamente com a primeira versão do *Capital Financeiro*, de R. Hilferding, na revista *Marx-Studien*, Vol. 3, Viena, 1910. “*Die Wertlehre bei Marx und Lassalle*” [A doutrina do valor em Marx e Lassalle], de Tatiyana Grigorovich [Tatiana Pisterman]. Edição russa de 1923. [O arquivo em PDF da revista *Marx-Studien* pode ser encontrado em <<https://www.marxists.org/deutsch/zeitschriften/marx-studien/marx3-1910.pdf>>. Acesso em 7 de janeiro de 2025].

¹⁴ MARX, K., *Para a Crítica...*, op. cit., p. 28.

Quais são essas condições? Primeiramente, a possibilidade de generalizar as formas concretas de trabalho; uma relação indiferente a elas só é concebível em um estágio de desenvolvimento econômico em que nenhuma forma de trabalho seja dominante. Em segundo lugar, isso pressupõe uma ordem econômica na qual os indivíduos possam se mover com facilidade de um tipo de trabalho a outro, onde o trabalho específico “é uma questão contingente para eles, e, portanto, de indiferença. Não apenas a categoria trabalho, mas o trabalho, aqui, torna-se efetivamente o meio de criar riqueza em geral, deixando de estar organicamente ligado a indivíduos específicos em qualquer forma particular.”

Este exemplo do trabalho mostra de forma marcante como até mesmo as categorias mais abstratas, apesar de sua validade – precisamente por sua abstração – para todas as épocas, são, no entanto, no caráter específico dessa abstração, elas mesmas também um produto das relações históricas, e possuem sua plena validade apenas para e dentro dessas relações” (p. 28).¹⁵

O conceito de trabalho abstrato se desenvolveu plenamente apenas com a produção mercantil, mas, por si só, relaciona-se à todas as épocas. Qual deve ser o seu conteúdo interno para que, mesmo que apenas nesse sentido limitado, ele possa se relacionar a todas as épocas? Precisamente este, que Marx nos fornece: trabalho como dispêndio de energia fisiológica em uma forma indiferente. A definição que Rubin apresenta não permite transferir a categoria de trabalho abstrato para além da produção mercantil.

Se o trabalho abstrato existe, por assim dizer, idealmente em épocas anteriores à produção mercantil, encontrando apenas no mundo mercantil a base para a sua manifestação prática, então qual é seu destino nas circunstâncias de transição da produção mercantil para a produção socialista organizada? Essa categoria desaparece sob o socialismo? A resposta a essa questão é dada pela análise das condições sob às quais, para Marx, o trabalho abstrato adquire o significado de verdade prática. Enumeramos essas condições acima. Entre elas, não há nenhuma que seria “abolida” no socialismo. Pelo contrário, na sociedade socialista, essas condições são ainda mais desenvolvidas.

¹⁵ Z. Tseitlin faz uma observação interessante ao aproximar o método de Marx do método das ciências naturais, traçando um paralelo entre o ensinamento de Marx sobre o trabalho abstrato e o ensinamento sobre o átomo. O conceito de “átomo” relaciona-se a todas as épocas da história científica, assim como o conceito de “trabalho” – a todos os períodos da história social. O átomo, como o trabalho, possui uma “dupla substância”. No entanto, a ciência só pôde se desenvolver até a descoberta do átomo em um estágio definido da história científica, por meio da análise de “fenômenos concretos complexos nos quais o átomo representa uma categoria geral distribuída uniformemente. Na nebulosa primitiva, assim como na sociedade primitiva, o átomo e o trabalho, embora fossem categorias gerais,

A ausência de qualquer tipo específico dominante de trabalho, a fácil transição de um tipo de trabalho a outro, a perda da conexão entre o processo de trabalho e indivíduos determinados – sob o socialismo, tudo isso ocorre em seu estágio mais avançado. É completamente absurda a “posição” de A. Voznesenski, de que sob o socialismo a especialização cessa.

Se tomarmos a família como uma sociedade, então podemos dizer: aqui o trabalho dos membros individuais da produção torna-se diretamente social em sua forma concreta. Ele não deixa de estar conectado a uma individualidade (personalidade) determinada e a uma especialidade determinada.

Essa é uma perspectiva totalmente distorcida do desenvolvimento. Lembremos como Engels ridicularizou Dühring a esse respeito.

É verdade que, para o modo de pensar das classes educadas, herdado por Herr Dühring, deve parecer monstruoso que, no futuro, não haverá mais carregadores ou arquitetos profissionais, e que o homem que por meia hora dá instruções como arquiteto também atuará como carregador por um período, até que sua atividade como arquiteto seja novamente necessária. Que tipo de socialismo seria esse – perpetuando carregadores profissionais?

Nesse mesmo espírito, Marx e Engels afirmam em sua obra *A Ideologia Alemã*, publicada no primeiro volume do *Arquivo* de Riázanov:

Na sociedade comunista [...] a sociedade regula a produção geral e, assim, é possível que hoje eu faça uma coisa e outra amanhã, que eu cace pela manhã, pesque à tarde, crie gado à noite e critique após o jantar, conforme a minha vontade, sem nunca me tornar caçador, pescador, criador de gado ou crítico.¹⁶

Claro, se Marx e Engels expressassem esses pensamentos em nossos dias, usariam exemplos mais modernos. Mas isso não altera a essência da questão.

também estipulavam, por outro lado, esta ou aquela configuração individual”. Com o desenvolvimento posterior do sistema solar, aumenta a diversidade das combinações e das conexões químicas nas quais o átomo aparece como uma categoria geral. O átomo torna-se, cada vez mais, “desindividualizado na prática”. A atividade científica do homem, por sua vez, contribui para a multiplicação do número de combinações dos elementos químicos. “Sem dúvida, o poder do homem sobre as forças da natureza alcança tal grau que o átomo, como o trabalho, torna-se ‘indiferente’, ou seja, pode assumir qualquer combinação para qualquer finalidade”. O átomo é uma categoria histórica no sentido de que somente no estágio do desenvolvimento científico em que a matéria se transforma em uma concretude complexa, o caráter geral dessa categoria emerge com maior clareza. Ver análise mais detalhada em Z. Tseitlin, *Science and Hypothesis*, p. 171-73.

¹⁶ *Архив К. Маркса и Ф. Энгельса* [Arquivo K. Marx e F. Engels], livro 1, 1924, p. 223

A técnica capitalista levou ao ponto em que, não apenas o conteúdo concreto do trabalho se torna indiferente para o trabalhador, mas também às próprias manifestações do trabalho em sua concretude (trabalho no sentido econômico, como “necessidade de vida”) aproximam-se cada vez mais umas das outras, na medida em que, uma após a outra, funções dos órgãos humanos são substituídas pelo trabalho de autômatos. Esse processo se desenvolve de forma ainda mais gigantesca sob o socialismo. Assim, às relações econômicas que criaram o solo para a separação entre trabalho concreto e abstrato sob o capitalismo se desenvolverão ainda mais após a sua queda. O enfraquecimento da dualidade do trabalho acontecerá, então, não no sentido de um retorno ao patriarcalismo, à vinculação das pessoas a especialidades determinadas, mas no sentido de aproximar cada vez mais às formas de trabalho concreto, transformando-as em um processo uniforme de dispêndio de energia sob a supervisão da máquina de trabalho. Fora desse processo, o trabalho se transforma em um simples “jogo de forças vitais”, ao qual às categorias econômicas, no verdadeiro sentido, já não se aplicam. “O trabalho tornou-se não apenas um meio de vida, mas a necessidade primordial da vida”¹⁷.

Rubin utiliza, como prova de sua teoria, o capítulo sobre o fetichismo da mercadoria, onde Marx contrapõe a produção mercantil à outras formas de produção, para esclarecer a particularidade característica da organização do trabalho na época da produção mercantil. A partir desse capítulo, Rubin chega à seguinte conclusão: em todas as outras formas econômicas (na ordem patriarcal, no feudalismo, na sociedade de produtores livres associados), todo trabalho determinado, toda forma concreta de trabalho, é, ao mesmo tempo, também diretamente trabalho social. Contudo, na produção mercantil, o trabalho só pode encontrar seu caráter social assumindo a forma de seu oposto – o trabalho abstrato. O trabalho abstrato é, então, a categoria específica fundamental da produção mercantil. Verifiquemos essa concepção.

Em toda economia social conscientemente organizada, o trabalho já é social em sua forma concreta direta. Isso é verdade. Na produção mercantil, o trabalho se torna social ao se transformar em trabalho abstrato. Isso também é verdade. Mas seria correto afirmar que, por essa razão, a categoria de trabalho abstrato se torna supérflua em todas as outras formas de produção, exceto na mercantil?

Isso seria válido se o trabalho abstrato tivesse apenas a função que lhe é atribuída, ou

¹⁷ MARX, K., *Crítica do Programa de Gotha*.

seja, se todo o seu papel se resumisse a conferir às formas determinadas de trabalho o caráter de trabalho social nas condições da produção mercantil. Contudo, o ponto é que, mesmo nas formas econômicas em que o trabalho concreto emerge diretamente com qualidade social, sem a necessidade do espelho distorcido das relações reificadas e das categorias abstratas, a função do trabalho abstrato é absolutamente necessária, na medida em que está em questão o cálculo da energia de trabalho social. O cálculo só pode ocorrer com unidades de contagem indiferentes, ou seja, abstratas. No mesmo capítulo sobre o fetichismo da mercadoria, Marx demonstra de forma clara que todas as mistificações da produção mercantil não surgem da transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato, mas sim da expressão reificada dessa abstração. Sobre o que trata esse capítulo? Sobre o fetichismo da mercadoria. Marx mostra, de forma clara e distinta, que não há nada de místico ou misterioso, seja no trabalho concreto, seja no trabalho abstrato, enquanto tais.

Na medida em que [uma mercadoria] é um valor de uso, não há nada de misterioso a respeito dela, seja considerando suas propriedades que a tornam capaz de satisfazer necessidades humanas, seja considerando que tais propriedades são produto do trabalho humano [...]. O caráter místico das mercadorias não se origina, portanto, de seu valor de uso. Tampouco provém da natureza dos fatores determinantes do valor (isto é, do trabalho abstrato, *I.D.*). Pois, em primeiro lugar, por mais variados que sejam os tipos úteis de trabalho ou as atividades produtivas, é um fato fisiológico que são funções do organismo humano, e que cada uma dessas funções, seja qual for a sua natureza ou forma, é essencialmente o dispêndio do cérebro, nervos, músculos humanos etc. Em segundo lugar, no que diz respeito ao que constitui a base para a determinação quantitativa do valor, ou seja, a duração desse dispêndio ou a quantidade de trabalho, é bastante claro que há uma diferença palpável entre a sua quantidade e a sua qualidade. Em todas as formas de sociedade, o tempo de trabalho necessário para produzir os meios de subsistência deve necessariamente ser um objeto de interesse para a humanidade, embora não com igual interesse em diferentes estágios de desenvolvimento. E, por fim, a partir do momento em que os homens trabalham de qualquer forma uns para os outros, o trabalho assume uma forma social.

De onde, então, surge o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma de mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesma. A igualdade de todos os tipos de trabalho humano é expressa objetivamente por seus produtos sendo todos igualmente valores; a medida do dispêndio de força de trabalho pela duração desse dispêndio assume a forma da quantidade de valor dos produtos do trabalho; e, finalmente, as relações mútuas dos produtores, nas quais o caráter social de seu trabalho se afirma, assumem a forma de uma relação social entre os produtos.¹⁸

¹⁸ MARX, K., *O Capital*, vol. 1, ed. russa citada, p. 39.

Assim, não se deve buscar no trabalho abstrato, que constitui a “determinação de conteúdo do valor”, a particularidade da produção mercantil, nem na igualdade ou equalização de diferentes tipos de trabalho humano, nem na medição do tempo de trabalho desses trabalhos, nem mesmo na própria conexão social entre os produtores, mas exclusivamente no fato de que todas essas definições assumem uma expressão reificada. Outras formas sociais não têm necessidade desse desvio:

Não há necessidade de que o trabalho e seus produtos assumam uma forma fantástica diferente de sua realidade. Eles tomam a forma, nas transações da sociedade, de serviços em espécie e pagamentos em espécie. Aqui, a forma particular e natural do trabalho – e não, como em uma sociedade baseada na produção de mercadorias, sua forma geral abstrata – é a forma social imediata do trabalho. O trabalho compulsório é medido pelo tempo, assim como o trabalho produtor de mercadorias; mas todo servo sabe que o que ele gasta no serviço de seu senhor é uma quantidade definida de sua própria força de trabalho pessoal.

Na produção mercantil, o trabalho privado de produtores independentes se torna social no mercado, primeiro porque os seus produtos assumem a forma de mercadorias, e, segundo, porque, graças a essa igualização mútua das mercadorias, e apenas através dela, ocorre a abstração do trabalho concreto particular, transformando o trabalho concreto em abstrato. Por meio da abstração da forma concreta, por intermédio da categoria de trabalho abstrato, existe a conexão social. Em formas organizadas de produção, a conexão social existe como um *fato prévio*. O trabalho, desde o início, emerge como social e não como trabalho privado; o produto não precisa se transformar em mercadoria para ser chancelado socialmente; ele é um produto social desde o primeiro momento de sua existência. Portanto, também aqui o trabalho é social já em suas formas concretas particulares, não necessitando, para isso, de qualquer tipo de transformação ou generalização. A partir disso, seguiria a seguinte cadeia de conclusões: em uma sociedade organizada, não existem *mercadorias*, apenas *produtos*; não há trabalho *privado*, apenas trabalho *social*, o trabalho dos órgãos conscientes do todo social; não há trabalho *abstrato*, apenas trabalho *concreto*.

No entanto, este esquema construído poderia ser adotado em sua totalidade apenas no caso de os conceitos reais de “mercadoria”, “privado”, “abstrato” estarem posicionados de forma *simétrica* e uniforme em relação à outra série de definições: “produto”, “social”, “concreto”. Entretanto, essas antíteses não são equivalentes. Que as categorias “mercadoria” e “trabalho privado” desapareçam quando cessa a produção mercantil – isso é algo auto-evidente.

Isso decorre das próprias definições. Chamamos de mercadorias os produtos do trabalho destinados à troca. Uma vez que não há troca, não há mercadorias. Chamamos de trabalho privado o trabalho de produtores independentes e autônomos. Se liquidamos sua autonomia, transformando-os em órgãos subordinados diretos do todo, desaparece, assim, a categoria de trabalho privado. Para o conceito de trabalho *abstrato*, tenta-se agora dar um significado que levaria à destruição dessa categoria com a transição para outras formas de produção. Isso decorre da posição de que o caráter *social* do trabalho, que na produção mercantil se expressa com a ajuda da abstração, em uma sociedade organizada emerge diretamente.

Essa exposição mecânica sobre leis simétricas representa, contudo, uma construção puramente arbitrária dos novos comentaristas. Em Marx, isso não existe. Em sua polêmica com Gray sobre a questão da medição direta do valor das mercadorias sem o uso de dinheiro, Marx escreveu:

As mercadorias são os produtos diretos de formas isoladas e independentes de trabalho individual, e, por meio de sua alienação no curso da troca individual, elas devem provar que são trabalho social geral; em outras palavras, na base da produção mercantil, o trabalho torna-se trabalho social apenas como resultado da alienação universal das formas individuais de trabalho. Mas, como Gray pressupõe que o tempo de trabalho contido nas mercadorias é imediatamente tempo de trabalho social, ele pressupõe que se trata de tempo de trabalho comunal ou de trabalho de indivíduos diretamente associados. Nesse caso, seria de fato impossível que uma mercadoria específica, como ouro ou prata, confrontasse outras mercadorias como a encarnação do trabalho universal, e o valor de troca não se transformaria em preço; mas também o valor de uso não se transformaria em valor de troca e o produto em mercadoria, e assim a própria base da produção burguesa seria abolida.¹⁹

É fácil notar que, nessa breve mas clara contraposição entre produção mercantil e produção socialista, falta exatamente o vínculo ao qual Rubin se apegava: a antítese entre trabalho concreto e abstrato, embora seja enfatizado que, na sociedade socialista, o trabalho não necessita de elos intermediários de troca e alienação para se tornar trabalho social.

A abstração em relação ao trabalho é necessária não apenas para transformar formas privadas de trabalho na categoria qualitativamente indiferente de trabalho social. Ela é necessária também tanto para a soma quanto para o registro do processo de trabalho em qualquer sociedade, que, como Marx destaca, sempre se interessa pela quantidade de tempo de trabalho despendido.

¹⁹ MARX, K., *Para a Crítica da Economia Política*, p. 94 [do segundo capítulo de *Para a Crítica*] – NTb.

O próprio Rubin, em outro capítulo de sua obra, fala sobre a igualação de diferentes formas de trabalho umas às outras, bem como sobre a igualação de coisas, por exemplo, do ponto de vista de sua utilidade relativa (na produção socialista). A diferença entre a produção socialista e a produção mercantil consiste apenas nisso: que, na sociedade mercantil, a igualação do trabalho é possível exclusivamente através de formas mascaradas de comparação de produtos do trabalho, como mercadorias, enquanto, na sociedade socialista, esses dois atos são completamente independentes um do outro. Essa é a diferença capturada de forma precisa. Mas em que forma deve ocorrer essa igualação do trabalho? A comparação do trabalho, expresso em várias formas concretas, é possível apenas por meio de sua redução a um padrão único. A. Voznesenski diz que “o trabalho concreto pode ser perfeitamente medido precisamente em sua forma concreta. A esse respeito, nenhuma dúvida foi deixada pela observação de Marx no § 4, cap. 1, vol. 1 de *O Capital*, quando ele investiga a produção feudal, em particular a produção camponesa familiar.” Nas notas de Marx não se encontra o que A. Voznesenski afirma ter encontrado, que simplesmente não entende qual é a questão. “O trabalho concreto pode ser medido em forma concreta.” Mas, o que, em essência, tal medição significa? Medir significa contar uma quantidade. A quantidade de trabalho deve ser expressa em unidades determinadas. Se Voznesenski toma como tal unidade qualquer coisa concreta, como o produto de um trabalho concreto, então, na contagem, ela desempenhará não o papel de uma coisa como tal, mas sim o de um índice de quantidade determinada de energia de trabalho²⁰. A própria tentativa de medir, com a ajuda de coisas dadas, a quantidade de trabalho de outras indústrias, expressaria a total ignorância de Voznesenski sobre o fetichismo da forma dinheiro, trazendo-o, de forma completamente inesperada, para a sociedade socialista a tentativa de se afastar do trabalho abstrato leva... ao fetichismo da mercadoria; eis o resultado do “aprofundamento” excessivo dos conceitos. A medida do trabalho em qualquer sistema de produção existe para Marx em nada mais do que o tempo de trabalho, com a ajuda do qual, também para Rubin, deve ocorrer a igualação de diferentes formas de trabalho umas às outras.

²⁰ É assim que Marx caracteriza a contagem do trabalho por meio da quantidade de mercadorias produzidas: “Não se trata, portanto, de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela incorporado, mas, ao contrário, de medir o tempo de trabalho despendido pelo operário pelo número de peças que ele produziu. Nos salários por tempo, o trabalho é medido pela sua duração imediata; nos salários por peça, pela quantidade de produtos nos quais o trabalho e incorporou durante um determinado tempo.”

Aqui está o que Marx diz sobre a produção socialista:

Após a abolição do modo de produção capitalista, mas ainda mantendo a produção social, a determinação de valor continua a prevalecer no sentido de que a regulação do tempo de trabalho e a distribuição do trabalho social entre os vários grupos de produção, e, em última instância, a contabilidade que engloba tudo isso, tornam-se mais essenciais do que nunca.²¹

Caracterizando as relações sociais na primeira fase da sociedade comunista, Marx escreve:

O dia de trabalho social consiste na soma das horas de trabalho individuais; o tempo de trabalho individual do produtor individual é a parte do dia de trabalho social que ele contribuiu, sua participação nele. Ele recebe da sociedade um certificado de que forneceu uma determinada quantidade de trabalho (após deduzir o seu trabalho para os fundos comuns); e, com esse certificado, ele retira do estoque social de meios de consumo o mesmo tanto que o custo de trabalho. A mesma quantidade de trabalho que ele deu à sociedade em uma forma, ele recebe de volta em outra. Aqui, obviamente, prevalece o mesmo princípio que regula a troca de mercadorias, na medida em que esta é uma troca de valores iguais. Conteúdo e forma são alterados, porque, sob as circunstâncias alteradas, ninguém pode dar nada além de seu trabalho, e porque, por outro lado, nada pode passar para a propriedade dos indivíduos, exceto meios de consumo individuais. Mas, no que diz respeito à distribuição destes entre os produtores individuais, prevalece o mesmo princípio que na troca de equivalentes de mercadorias: uma determinada quantidade de trabalho em uma forma é trocada por uma quantidade igual de trabalho em outra forma.²²

Na segunda fase do comunismo, essas “marcas de nascimento” desaparecem, e a sociedade comunista deixa o ventre do capitalismo, no que diz respeito aos princípios de distribuição. Contudo, permanece outra necessidade: a distribuição correta do trabalho entre diferentes ramos e a comparação de custos e resultados dentro de cada fábrica. Sem uma contabilidade quantitativa do trabalho, a produção organizada não é possível. Mas, qual trabalho é contabilizado aqui? Trabalho em geral, como forma determinada de energia produtiva, independentemente da sua forma de manifestação.

(*O Capital*, vol. 1, edição russa citada, p. 534). [trata-se de referência ao capítulo “Salário por peça”, que, na quarta edição alemã de *O capital*, de responsabilidade de Engels, consta como cap. XIX] – NTb

²¹ MARX, K., *O Capital*, edição russa citada, p. 389. [Trata-se de referência ao capítulo 49, da ed. de Engels do vol. III de *O Capital*] – NTb.

²² MARX, K., *Crítica do Programa de Gotha*.

Se Rubin e Voznesenski consideram esse trabalho como trabalho abstrato, devem criar uma terceira categoria especial para ele, pois é inconcebível contabilizar trabalho concreto com unidades abstratas. O próprio conceito de contabilidade significa generalização a partir de qualquer qualidade. A aritmética é a ciência abstrata dos números.

Mas, nos será respondido: o fato de que o trabalho concreto possa ser considerado sob o ponto de vista quantitativo ainda não o torna trabalho abstrato. O processo de contabilidade é uma operação de generalização. Contudo, a generalização aqui existe apenas em forma contemplativa. A vida real não se ocupa dessas abstrações, mas das formas concretas de trabalho e das determinações dos bens de consumo. Ao contrário, na produção mercantil, o processo de generalização a partir das propriedades concretas do trabalho e das coisas é um ato real, que ocorre diariamente e a cada hora no mercado. Aqui está aquela abstração, que reside na própria natureza objetiva da troca e que gera a categoria do trabalho abstrato.

No entanto, qual é o papel cumprido por essa abstração “objetivada”? O papel de regulador da produção social. Essa necessidade econômica desaparece no socialismo? Não, pelo contrário, a regulação no socialismo adquire um caráter abrangente. A regulação assume a contabilidade do trabalho, o cálculo, abstraindo-se das propriedades concretas e da qualidade. Se a regulação do trabalho é uma necessidade econômica no socialismo (e em qualquer outra forma de produção, na medida em que as pessoas sempre se interessaram pela quantidade de trabalho existente despendido nos recursos de produção), então, em tal sistema de medição, continua sendo necessária a generalização a partir do trabalho concreto. A abstração nessas condições não é um luxo, nem um jogo vazio de fantasia, mas uma exigência vital. Na sociedade mercantil, ela ocorre espontaneamente e por meio da mediação das coisas; na sociedade organizada, conscientemente. Mas, a sua natureza qualitativa não deriva disso. A diferença está apenas no fato de que, no socialismo, “princípio e prática já não estão em conflito, enquanto a troca de equivalentes na troca de mercadorias existe apenas na média e não no caso individual” (*Crítica do Programa de Gotha*).

Dessa forma, não apenas o trabalho na época da economia mercantil, mas também todo trabalho humano realizado em sociedade, “toda produção individual socialmente determinada”, caracteriza, para Marx, o caráter duplo do trabalho. A distinção consiste apenas no seguinte: na produção mercantil, essa dualidade do trabalho adquire demonstração prática no processo de troca.

Por outro lado, na sociedade mercantil, o trabalho concreto e útil emerge diretamente como trabalho privado. Ele se torna trabalho social apenas por meio das coisas, através da troca de mercadorias, que simultaneamente transforma o trabalho concreto em seu oposto. Ao contrário, em todas as outras formas econômicas, tanto o trabalho concreto quanto o trabalho abstrato são apenas dois lados do mesmo trabalho social. O trabalho concreto é trabalho social no sentido de que satisfaz, de forma particular, uma necessidade social específica, no contexto de uma divisão específica do trabalho social. O trabalho abstrato é trabalho social no sentido de que expressa o caráter social do trabalho heterogêneo equiparado. Além disso, do ponto de vista objetivo, o trabalho concreto, mesmo em condições de economia mercantil, também é trabalho social. Isso é expresso no fato de que o produto do trabalho deve ser útil, deve satisfazer uma demanda social.

O caráter social duplo do trabalho do indivíduo aparece para ele, quando refletido singularmente em seu cérebro, (apenas) sob aquelas formas que esse caráter social assume na prática cotidiana, pela troca de produtos. Dessa forma, o caráter que seu próprio trabalho possui de ser socialmente útil toma a forma da condição de que o produto deve ser não apenas útil, mas útil para os outros, e o caráter social que seu trabalho particular possui de ser igual a todos os outros tipos particulares de trabalho toma a forma de que todos os artigos fisicamente diferentes, que são os produtos do trabalho – possuem uma qualidade comum, a saber, a de ter valor.²³

Aqui também temos a resposta à segunda objeção dirigida à definição fisiológica de trabalho abstrato – a objeção de que tal definição não dá conta do caráter social do trabalho. Na opinião de Rubin, a contraposição entre trabalho concreto e abstrato não é uma contraposição de conceitos de gênero e espécie, mas a análise do “trabalho a partir de dois pontos de vista: o material-técnico e o social. O conceito de trabalho abstrato expressa as características da organização social do trabalho em uma sociedade mercantil-capitalista.”²⁴

Essa abordagem da questão é, em nossa opinião, incorreta. Ambas as definições de trabalho, tanto como concreto quanto como abstrato, já contêm o caráter social precedente do trabalho.

²³ MARX, K., *O Capital*, edição russa citada, p. 41.

²⁴ RUBIN, I., *Ensaio*, segunda edição russa, 1924, p. 100.

No início de seus "*Esboços*", Marx escreve: "Para começar, a questão em discussão é a produção material. O ponto de partida, é claro, são os indivíduos produzindo em uma sociedade e, portanto, a produção socialmente determinada dos indivíduos". O trabalho concreto não é, de forma alguma, apenas uma categoria técnico-material. O próprio Rubin, em outro lugar, diz, referindo-se a Marx, que em qualquer outra sociedade, exceto a mercantil, o caráter social do trabalho é expresso em sua forma diretamente natural. Portanto, nessas condições, torna-se uma categoria com conteúdo social. Mas, também na produção mercantil, o trabalho concreto, apenas em aparência, apenas subjetivamente para o produtor, é uma categoria técnico-material de trabalho privado. Do ponto de vista de todo o processo de reprodução, ele emerge como trabalho socialmente determinado, porque o caráter e a direção do trabalho útil privado dependem da sociedade. Na medida em que o trabalho concreto se divide em formas e subformas juntamente com o progresso da divisão social do trabalho, e na medida em que esta última é um fato social, então também o trabalho concreto adquire um caráter social. Não poderia ser de outra forma, afinal os conceitos de "concreto" e "abstrato" não se referem a coisas diferentes, mas à mesma coisa, ao trabalho social, que é dado como a matéria-prima primária da vida produtiva.

Com isso, também se resolve a questão do caráter social do trabalho abstrato. O trabalho abstrato é trabalho social, tomado do ponto de vista da simples e homogênea energia humana, não em sua diversidade de funções, manifestações e resultados, mas na uniformidade de seu processo fisiológico. No entanto, a sociedade não é um organismo no sentido profundo e fisiológico da palavra. O dispêndio de energia fisiológica pode ocorrer socialmente não de forma direta, mas através de indivíduos, como os seus membros, que emergem conscientemente (em uma sociedade organizada) ou inconscientemente (em uma sociedade mercantil), como órgãos do todo social. A redução do trabalho abstrato a um dispêndio de energia fisiológica simples, impessoal, embora realizado por indivíduos – isso também é a expressão mais elevada do caráter social do trabalho, independentemente do fato de que, em aparência, ele se representa como uma categoria naturalista. "Fisiologia", nesse caso, é um pseudônimo para a igualdade despersonalizada e absoluta de todas as formas de trabalho humano, a igualdade de todos os produtores, tomados como tal, ou seja, na qualidade simples de condutores de energia social. Que conteúdo social maior pode-se exigir das categorias econômicas?²⁵

Mas, talvez, aqui o trabalho abstrato seja carregado com outro requisito? Talvez, aqui, por conteúdo social, entenda-se um conteúdo adequado a quaisquer relações sociais específicas e

que varie juntamente com elas?

Isso nos leva à questão do caráter histórico do trabalho abstrato, e aqui resta apenas repetir nossas considerações sobre as categorias históricas em geral.

Agora nos colocamos diante da terceira objeção contra a concepção fisiológica do trabalho abstrato.

Não é possível reconciliar um conceito fisiológico de trabalho abstrato com o caráter histórico do valor que ele cria. O dispêndio fisiológico de energia, como tal, é o mesmo para todas as épocas e, pode-se dizer, essa energia criou valor em todas as épocas. Chegamos à interpretação mais grosseira da teoria do valor, uma que contradiz agudamente a teoria de Marx.²⁶

E em outro lugar: “A concepção aceita do trabalho abstrato como dispêndio de trabalho no sentido fisiológico da palavra inevitavelmente é uma interpretação naturalista da teoria do valor de Marx.”²⁷

Antes de tudo, absolutamente nada justifica o argumento de que uma categoria histórica precisa surgir apenas de outra categoria histórica. Afinal, em última instância, toda forma histórica de produção tem seu fundamento na eterna relação entre o homem e a natureza, nas forças de produção dadas pela natureza e no trabalho, “que é apenas a manifestação de uma força da natureza – a força de trabalho humana” (*Crítica do Programa de Gotha*). Esse trabalho e essa força de trabalho são as fontes de todo desenvolvimento e, portanto, de toda categoria histórica. Aquele que afirma que categorias históricas podem ser geradas apenas por outras categorias igualmente históricas ignora o fato de que uma categoria é, em geral, apenas a *forma de manifestação* de leis não-históricas, como Marx lembrou na carta a Kugelmann que citamos anteriormente. Quanto à questão especial sobre a correlação entre valor e trabalho abstrato, o argumento aqui se resume a um simples mal-entendido da palavra “criar”, à qual se atribui um sentido materialista profundo. Assim, Rubin escreve:

²⁵ Em A. Voznesenski, esse pensamento é expresso em uma forma materialista vulgar. Ele escreve: “Trabalho abstrato – isso não é trabalho individual, mas trabalho social. Isso não é o trabalho de qualquer indivíduo, qualquer pessoa; ele representa, em si, energia social, a energia da sociedade como um todo”. Infelizmente, ninguém ainda descobriu, na sociedade como tal, músculos e um sistema nervoso com os quais ela pudesse despender “sem indivíduos” sua energia.

²⁶ RUBIN, I., *Ensaio*, ed. russa citada. p. 100.

²⁷ *Ibidem*, p. 108.

²⁸ *Ibidem*, p. 107.

Somente pelo estabelecimento firme desse conceito de trabalho abstrato, compreendemos corretamente a posição fundamental da teoria marxista do valor, que afirma que o trabalho ‘cria’ valor. À primeira vista, essa posição levanta uma série de questões e problemas. O trabalho, a atividade laboral, não é nada físico, pertencente ao mundo dos fenômenos da natureza. Se esse trabalho cria valor, é claro, este último representa uma espécie de propriedade de uma coisa enquanto tal, como um objeto da natureza.²⁸

Todos esses problemas não decorrem de se tomar o trabalho abstrato no sentido fisiológico, mas de se tomar a palavra “criar” no sentido físico vulgar. Enquanto isso, o próprio Rubin coloca essa palavra entre aspas, sentindo que esse termo deve ser entendido de forma diferente. O valor é criado pelo trabalho abstrato no sentido de que assume a forma de valor de um produto do trabalho. “O valor de troca é uma maneira social definida de expressar a quantidade de trabalho dedicada a um objeto” (Marx) – e isso é tudo. É claro que o modo de expressão pode e deve ter um caráter histórico, enquanto aquilo que serve como o sujeito expresso não depende da evolução da forma social. Não há dificuldade ou contradição aqui, se apenas dermos às coisas o seu significado real.

Enquanto isso, se nos ativermos à definição de Rubin – e aqui nos movemos para a parte positiva da sua teoria –, então é necessário chegar inevitavelmente à conclusão de que não é o trabalho abstrato que cria valor, mas, ao contrário, a categoria de valor que cria a categoria de trabalho abstrato. Em Rubin, existem várias definições diferentes e quase sempre confusas de trabalho abstrato. Apresentemos algumas delas. “A abstração das formas concretas de trabalho, como a relação social básica entre os produtores de mercadorias separados, é o que caracteriza o trabalho abstrato” (p. 102). (Abstração... é trabalho abstrato – isso não é uma definição totalmente inteligível).

O trabalho abstrato surge apenas no ato real de troca mercantil. A igualdade fisiológica das diferentes formas de trabalho humano existe sempre por si mesma e representa um fato indiferente para as formas sociais de produção. Mas a igualdade das diferentes formas de trabalho, criada na produção mercantil pelo processo de troca, a igualdade entre trabalhos realizados em diferentes ramos de produção, o fluxo de trabalho de um ramo para outro, por assim dizer, o movimento de todos os reservatórios de trabalho da sociedade para um nível igual – esse é um fenômeno social inerente à produção mercantil e encontra sua expressão no conceito de trabalho abstrato. (p. 103).

²⁸ *Ibidem*, p. 107.

Essa definição também é embaraçosa (“o esforço do movimento dos reservatórios para um nível igual”). Mas é, acima de tudo, manifestamente equivocada. Para começar: dizer que “a equalização das diferentes formas de trabalho, criada na produção mercantil no processo de troca”, é um fenômeno inerente apenas à economia mercantil – significa não dizer nada. Por si só, entende-se que, onde não há troca, não há produção mercantil. A outra afirmação, de que o movimento do trabalho rumo a níveis iguais, o esforço pela igualação etc., é típica apenas da produção mercantil, obviamente, é falsa. Entre outras coisas, Rubin usa aqui o termo “social” no sentido análogo ao termo “produção mercantil” ou “de mercado”. Tal uso do termo está longe de ser aceito.

Finalmente, deve-se observar aqui que, para Rubin, o trabalho abstrato surge apenas “no ato de troca de mercado” e, portanto, não existe antes da troca.

Adiante, Rubin enfatiza ainda mais essa posição, indicando que a igualação do trabalho na sociedade mercantil não acontece diretamente, “mas por meio da troca, não no processo de produção. O conceito de trabalho abstrato expressa a forma histórica específica de igualação do trabalho”.

Rubin acredita que “somente pelo firme estabelecimento dessa concepção de trabalho abstrato, podemos compreender corretamente a posição fundamental da teoria marxista do valor”. Em que consiste tal compreensão correta? Nisto: “Se o trabalho abstrato é entendido como expressão social da forma de organização do trabalho na produção mercantil”, então:

Esse trabalho abstrato, em outras palavras, a forma mercantil de produção, também cria o valor dos produtos do trabalho; ou seja, cria aquela propriedade deles [produtos do trabalho] que é o resultado da forma social (mercantil) de produção, mas atribuída às coisas. [...] *Não é o trabalho como tal, mas apenas a organização na forma social (mercantil) dada que cria valor.* Assim, e somente assim, deve ser entendida a posição de que o trabalho abstrato cria valor.” (p. 109).

No entanto, se nisso consiste todo o resultado da longa exposição, então nosso autor desperdiçou inutilmente tanto esforço. Aquilo que ele aqui “provou” não é de forma alguma a prova necessária. De fato: chegamos ao ponto em que o conceito de trabalho abstrato está completamente envolto numa cortina de fumaça, sendo *identificado com o conceito de produção mercantil como um todo*, após o qual não é necessário esforço para provar que é precisamente a

produção mercantil que cria valor. Quem não sabia disso? O *excursus* teórico se revelou, em todos os sentidos, infrutífero. As tentativas adicionais do autor de sair das dificuldades apenas aumentam a confusão. Ele desenvolve da seguinte maneira a inter-relação entre trabalho abstrato e valor:

As relações entre trabalho abstrato e valor não podem ser pensadas como relações entre causas físicas e efeitos físicos. O trabalho – isto é, o trabalho abstrato – é a relação de produção entre proprietários privados de mercadorias, conectados pela troca. O valor – é a expressão material dessa relação de produção. Trabalho e valor estão conectados entre si como a relação de produção entre pessoas e sua forma material (reificada) [...] Tal sentido preciso, como já foi mostrado, tem a expressão de Marx de que o valor é trabalho ‘reificado’, ‘materializado’, ‘congelado’. O valor é a expressão reificada das propriedades sociais específicas do trabalho e, precisamente, a organização dele [trabalho] com base na produção de proprietários privados de mercadorias, independentes, e suas conexões na troca. (p. 110).

Quanto mais palavras, menos sentido. Dizer “trabalho... é uma relação de produção” – é o mesmo que dizer “produção – isto é, relação de produção”, ou seja, um absurdo. O trabalho é então o fundamento sobre o qual a relação é construída, mas trabalho e relação de trabalho não são a mesma coisa. Que o valor seja “trabalho reificado” – isso é verdade, mas isso deve ser entendido no mesmo sentido que a expressão “o trabalho cria valor”, ou seja, não no sentido físico, mas no sentido figurado, a saber: o trabalho obtém sua expressão material (reificada) nas coisas, representando a relação de trabalho.

Mas o pior de tudo é que todas as definições de trabalho abstrato citadas por nós levam a esta conclusão inevitável: não é o trabalho que cria valor, mas o contrário. De fato: o trabalho abstrato surge apenas na troca. Mas a troca é, antes de tudo, uma troca de coisas, que se equalizam umas às outras. O processo dessa troca também é o processo que gera o valor, como relação entre produtores. A categoria de trabalho abstrato, na concepção de Rubin, é o resultado de todo o processo, e não seu ponto de partida. As coisas, dessa forma, assumem no esquema de Rubin uma sequência bastante peculiar, e toda a teoria do valor-trabalho adquire um caráter metafísico.

O conteúdo de todas as tentativas por nós citadas de definir o trabalho abstrato – se é que há algum conteúdo nelas – leva, em Rubin, à *divisão de abstrações vazias em quatro partes*. Isso não é apenas uma generalização das propriedades concretas do trabalho, mas sim *uma abstração do trabalho como atividade fisiológica impessoal, uma abstração de um conceito abstrato*.

Para Rubin, o trabalho fisiologicamente universal é apenas um pressuposto do trabalho abstrato, mas não o mesmo trabalho, assim como a forma concreta do trabalho é um pré-requisito para a dedução do trabalho fisiológico. Dessa forma, não apenas o valor, mas também o trabalho abstrato não inclui em si um único átomo de matéria. O conceito de trabalho é finalmente perdido e substituído por um *excursus* sócio-econômico perfeitamente estéril, vago e confuso, ao final do qual chegamos à conclusão de que o trabalho abstrato não é trabalho, mas apenas uma forma conhecida de sua organização. Para que é necessária essa *Haarspalterei* [repartição de fios de cabelo]? Já desmontamos acima os seus motivos “sócio-históricos”. Mas, Rubin sustenta a necessidade de tal definição com mais dois argumentos. Ele acredita que apenas a definição de trabalho abstrato por ele fornecida dá a possibilidade, em primeiro lugar, de estabelecer uma distinção exata entre os conceitos de “trabalho” e “força de trabalho”, e, em segundo lugar, de compreender o significado da posição marxista de que trabalho, por si só, não possui valor.

Somente desse ponto de vista – diz Rubin –, elucidamos a diferença acentuada que Marx estabeleceu entre trabalho, como criador de valor, e força de trabalho. Seria completamente inútil construir esses dois conceitos como dois objetos reais, distintos por suas propriedades naturais. Esta é precisamente a abordagem de Buch: ‘Trabalho é o processo de transformação da energia potencial do nosso corpo em trabalho mecânico [...] *Força de trabalho* é o estoque de energia potencial do nosso organismo, ainda não transformada em trabalho mecânico.’ Tal posição mecânica distorce completamente Marx. ‘Trabalho’ e ‘força de trabalho’ não são diferentes objetos do mundo externo, mas diferentes características sociais do trabalho, diferentes ‘determinações de forma’. Trabalho abstrato, criador de valor, – é a expressão da sociedade mercantil como o agregado de unidades domésticas privadas autônomas, conectadas por relações de produção através da troca. Trabalho assalariado ou força de trabalho – é a expressão do trabalho, separado dos meios de produção, oposto a eles e incorporado neles na forma de um contrato de trabalho entre capitalistas e trabalhadores. (p. 111).

Citamos amplamente essas linhas para mostrar com total clareza a inevitável distorção das categorias marxistas, caso elas sejam encaixadas à força no “esquema sócio-histórico” de Rubin. Este, efetivamente, apaga aqui qualquer fronteira entre “trabalho” e “força de trabalho”, tomados como fenômenos do mundo externo. A tentativa de os separar é desde o início declarada inútil por ele, embora não justifique de forma alguma o seu veredicto inapelável. A formulação que encontramos em Marx, no entanto, não deixa dúvidas a esse respeito: “Aquilo que ela (a economia política, *I.D.*) chama de valor do trabalho, é de fato o valor da força de

trabalho, tal como existe na personalidade do trabalhador, que é tão diferente de sua função, o trabalho, quanto uma máquina é do trabalho que realiza” (*O Capital*, vol. 1, capítulo sobre salário). Mais claro do que isso, impossível. Para Marx, a distinção entre força de trabalho e trabalho reside exatamente no mundo real e está apagada nas condições da produção capitalista, onde todos os fenômenos assumem uma forma invertida. Em Rubin, há uma visão diametralmente oposta: no mundo externo, força de trabalho e trabalho são uma e a mesma coisa. Elas se tornam distintas exclusivamente quando vistas sob o ângulo da produção mercantil-capitalista. Aqui está uma contradição irreconciliável com Marx.²⁹

Mas não é por esse motivo, é claro, que a visão de Rubin deve ser rejeitada. A questão é que a teoria de Rubin conduz diretamente à uma descrição do valor da força de trabalho como sendo o pagamento pelo trabalho, ou seja, *à confusão da natureza do salário do trabalhador com a sua aparência exterior falsa*, contra a qual Marx direcionou as críticas mais contundentes. Se o salário do trabalhador é o pagamento pelo trabalho, então toda a teoria da exploração fica suspensa no ar. O ponto de vista de Rubin é um retorno à economia clássica, que de fato não diferenciava os conceitos de “trabalho” e “força de trabalho” e, precisamente por isso, não conseguia ir além do escopo da ideologia burguesa. A “especificidade sócio-histórica” do trabalho abstrato nos leva, assim, cada vez mais longe do genuíno marxismo. Sem falar no fato de que a tentativa de dar uma característica “social” ao conceito de força de trabalho pertence ao mesmo tipo de invenções que as muitas definições de trabalho abstrato citadas acima. A força de trabalho, sem mais delongas, é renomeada como trabalho assalariado, e agora o trabalho assalariado, sem grande esforço, pode ser definido como uma categoria sócio-histórica, inerente à produção capitalista. Aquilo que precisaria ser demonstrado, a saber, se “força de trabalho” e “trabalho assalariado” são sinônimos, Rubin deixa sem qualquer prova. Com tal lógica, é claro, qualquer coisa pode ser provada.

Enquanto isso, para Marx, força de trabalho é o poder que “existe na personalidade do trabalhador”.

²⁹ Seguem aqui mais extratos, evidências do fato de que Marx distinguia força de trabalho e trabalho como objetos do mundo externo:

“O movimento real dos salários apresenta fenômenos que parecem provar que não o valor da força de trabalho é pago, mas o valor de sua função, do próprio trabalho... 1) Mudança nos salários com a alteração na duração da jornada de trabalho. Alguém poderia concluir, da mesma forma, que não o valor de uma máquina é pago, mas o de seu funcionamento, porque custa mais alugar uma máquina por uma semana do que por um dia.” (*O Capital*, vol. 1, cap. 18).

“A criação de valor é a transformação da força de trabalho em trabalho. A própria força de trabalho é energia transferida a um organismo humano por meio de matéria nutritiva.” (*O Capital*, vol. 1, cap. 7).

Em outro lugar, Marx diz: “trabalho – é em si mesmo *a manifestação de uma das forças da natureza, a força de trabalho humano*” (*Crítica do Programa de Gotha*). O conceito de força de trabalho é aplicado por Marx em conexão com as características do trabalho servil: “Todo servo sabe que o que ele gasta no serviço de seu senhor é uma quantidade definida de sua própria força de trabalho pessoal”. A definição de força de trabalho que Rubin fornece se refere à força de trabalho *transformada em mercadoria*, ou seja, à forma social específica de sua existência no âmbito da sociedade capitalista. Mas, nesse caso, essa definição é uma simples tautologia.

Quando a força de trabalho assume a qualidade de “mercadoria”, ela já representa as relações de produção capitalistas.

Pouco mais bem-sucedida é a outra definição de força de trabalho que Rubin apresenta algumas linhas abaixo (ele não é nada econômico em suas definições). “Força de trabalho expressa a relação de produção entre trabalhadores e capitalistas, conectando-os por meio da troca de coisas” (troca de dinheiro por força de trabalho) (p. 112). Assim, aqui novamente a força de trabalho não é considerada em geral, mas na forma determinada de *mercadoria*.

Mas, para se tornar *mercadoria*, a força de trabalho, antes de tudo, deve ser uma “coisa”, ou seja, um objeto do mundo externo. É precisamente esse fato que também permite que ela tenha valor, porque o valor é uma propriedade inerente às “coisas” na troca social. E, do mesmo ponto de vista, o “trabalho” não tem valor, porque não é um objeto de troca, não é uma coisa, mas apenas uma função de uma “coisa” – a força de trabalho.

O mesmo também diz Rubin, embora ele achesse a definição correta por meio de uma pilha de obstáculos e contradições que ele mesmo acumulou.

O trabalho, como conexão de produção social, encontra sua expressão na forma reificada do valor, mas não é, em si mesmo, uma ‘coisa’, um ‘valor’. Por isso é compreensível que ‘trabalho’ (mais precisamente, trabalho socialmente organizado na forma mercantil) cria valor, mas ele mesmo não tem valor. Trabalho assalariado ou força de trabalho (mais precisamente, o trabalho em seu contraste clássico com o capital) surge na forma de mercadoria, tem valor, mas não o cria” (p. 112).

Aqui novamente aparece uma formulação incorreta: “trabalho = relação de produção”, força de trabalho = trabalho assalariado, que leva à posição absurda e confusa de que o trabalho assalariado não cria valor (!?). Mas se descartarmos essa confusão, resta a conclusão

correta: trabalho não é uma “coisa”, força de trabalho é uma “coisa”. Disso decorre sua relação diferente com o valor. Mas, disso já se segue que entre trabalho e força de trabalho há uma distinção fundamental, baseada em sua *natureza objetiva*. Por que foi necessário criar tanta confusão, apagando toda a fronteira entre eles, para então reconstruí-la novamente? O esforço despendido nessa investigação não apenas não tem valor, como, muito provavelmente, também não o cria. a “teoria” de Voznesenski, que combina Rubin com Marx, abarrotando a categoria de trabalho abstrato com todas as definições possíveis, não merece atenção especial. Em Rubin, a tentativa de “sociologizar” o conceito de trabalho abstrato possui um caráter de consistência interna, que a leva ao absurdo. Em Voznesenski, encontramos um ecletismo ordinário, que não representa qualquer interesse teórico.

Demonstramos que a posição de Rubin não decorre do caráter das categorias marxistas e, em essência, contradiz tanto a letra quanto o espírito do conteúdo que Marx atribuiu às suas definições. Resta-nos agora, em conclusão, resolver a última questão: a teoria de Rubin é essencialmente correta, em relação à teoria marxista? Talvez existam bases suficientes para construir as definições básicas da economia política a partir do esquema delineado por Rubin, desconsiderando o fato de que ele não está em conformidade com Marx. A esta questão só poderia ser dada uma resposta positiva sob uma condição: se as categorias de Rubin nos ajudassem a compreender melhor a realidade do que as categorias de Marx, permitindo-nos entender melhor o mecanismo da produção mercantil-capitalista. Mas o ponto é que exatamente essa demanda não é cumprida.

A que levam as tentativas de Rubin? Resumidamente, ao compromisso *de expulsar do objeto da economia política toda substância viva*, privando o sistema teórico do marxismo de seu fundamento material. Se o trabalho abstrato não é trabalho no sentido fisiológico, se a força de trabalho não é um objeto do mundo externo real, se tudo isso é uma “abstração sociológica” incorpórea, uma “relação” impalpável da “sociedade mercantil” – na melhor das hipóteses –, então, segue-se que essas categorias se colocam *na mesma série* das demais categorias da economia burguesa, como lucro, juros, capital, classes etc. Mas, de fato, desaparece todo o suporte objetivo para o estudo científico da sociedade burguesa. Na realidade, a tarefa da ciência econômica deve consistir em reduzir as específicas *formas capitalistas de manifestação* das leis da “vida produtiva” social a essas mesmas leis, para que, através da análise abstrata, a face interna do tecido econômico, obscurecida e mascarada pelas formas contraditórias da produção capitalista, possa “aparecer”. As categorias básicas dessa economia, como capital, lucro

etc., representam fenômenos econômicos em uma forma ilusória, como num espelho distorcido. Para expor esse fetichismo dos fenômenos superficiais, o estudo deve, em todos os casos, possuir ferramentas e categorias que não estejam em ordem fetichizada; ele deve, em sua análise abstrata, se posicionar *fora das categorias da produção burguesa*. Caso contrário, ficará preso a elas, como aconteceu com a escola clássica, até mesmo com seus melhores representantes – como Ricardo. Mas onde está a base que nos conduz além da visão de mundo burguesa? *Esse é o ponto de vista do trabalho em seu sentido universal*. A que se reduz a análise marxista da sociedade burguesa? Ela mostra que o lucro não nasce do capital, da renda ou da terra; que capital e valor não são propriedades intrínsecas das coisas; que o dinheiro também não é a aparência brilhante pela qual é tomado; que tudo isso são apenas formas de aparição do trabalho abstrato universal, a *matéria primária* da qual se forjam a produção social, as classes e suas inúmeras relações. Sobre esse fundamento está construída toda a teoria do mais-valor, toda a teoria da exploração. Somente a condensação de todas as relações sócio-econômicas no trabalho pode expor a mistificação da forma econômica burguesa, e esse é o mérito que Marx atribuiu, acima de tudo, à escola clássica, embora ela não tenha conseguido levar a necessária tarefa teórica até o fim.

É o grande mérito da economia clássica ter destruído essa aparência falsa e ilusão, essa independência mútua e ossificação dos diversos elementos sociais da riqueza, essa personificação das coisas e transformação das relações de produção em entidades, essa religião da vida cotidiana. Ela fez isso reduzindo os juros a uma parte do lucro, e a renda ao excedente acima do lucro médio, de modo que ambos convergem no mais-valor; e representando o processo de circulação como uma mera metamorfose de formas, e finalmente reduzindo o valor e o mais-valor das mercadorias ao trabalho no processo direto de produção. (*O Capital*, vol. 3, parte 2).

Se agora nos respondem que esse “trabalho” ao qual reduzimos todos os fenômenos da produção mercantil-capitalista como um alicerce também não é trabalho no sentido real da palavra, mas apenas a forma da mesma produção mercantil, então a estrutura fica suspensa no ar, e a teoria gira em um círculo fechado de categorias “sócio-históricas”, como um esquilo em uma roda. Todo o esquema assume o caráter da famosa explicação: a terra sobre baleias, as baleias sobre a água, a água sobre a terra. A isso inevitavelmente somos conduzidos graças ao zelo excessivo em sociologizar conceitos, a “expulsão da matéria” do estudo econômico. Este é um passo atrás no método materialista de Marx, na direção do fetichismo das relações econômicas, que Rubin muito bem desmascara em outras partes de seu livro.

Bibliografia

Архив К. Маркса и Ф. Энгельса [Arquivo K. Marx e F. Engels], livro 1. Moscou, 1924;

ENGELS, F. Carta a Borgius em 25 de janeiro de 1894, disponível digitalmente em https://www.marxists.org/archive/marx/works/1894/letters/94_01_25a.htm . Acesso em 7 de janeiro de 2025;

GRIGOROVICH, T. [Tatiana Pisterman], “Die Wertlehre bei Marx und Lassalle”, in *Marx-Studien*, Vol. 3. Viena, 1910.

MARX, K., *Para a Crítica da Economia Política*, edição russa Moskovskij Rabochij. Moscou, 1923;

MARX, K., *O Capital*, vol. 1, edição russa, tradução de Bazarov e Stepanov. 1905-07;

MARX, K., *O Capital*, vol. 3, edição russa, tradução de Bazarov e Stepanov. 1923;

MARX, K., Crítica do Programa de Gotha;

MARX, K. & ENGELS, F., *Cartas de Marx e Engels*, edição russa Moskovskij Rabochij. Moscou, 1923;

RUBIN, I., *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx*, segunda edição russa. Moscou, 1924;

TSEITLIN, Z., *Science and Hypothesis*, ed. Russa. Moscou, 1926.